

Propostas de Temer colocam direitos dos trabalhadores em risco

Com a chegada de Temer ao poder, o Brasil viverá o período de maior instabilidade política de sua história, tendo um governo biônico, sem a legitimidade das urnas e que inclusive trabalhou para a derrubada da presidente eleita. Como se esses fatores já não fossem prejudiciais o suficiente, Temer prepara seu governo com base na "Ponte para o Futuro", um programa que sugere mudanças na previdência e nos direitos trabalhistas.

Um dos pontos visa estabelecer a idade para a aposentadoria em 65 anos. É comum, nas camadas mais pobres, que se comece a trabalhar muito jovem. Enquanto isso, os filhos da elite estudam até bem mais tarde. Dessa forma, pobres trabalhariam por muito mais tempo do que os ricos, antes de se aposentarem.

Temer também propõe acabar com a indexação das aposentadorias. Com isso, os valores do benefício não seguirão mais os reajustes do mínimo e o poder de compra dos aposentados, principalmente os que



ganham até um salário mínimo, estará comprometido.

Outros tópicos do documento dão aval à regulamentação da terceirização e autorizam que convenções coletivas prevaleçam sobre o legislado, o que culminará em um afrouxamento dos direitos trabalhistas.

CLT chega aos 73 anos como o maior patrimônio dos trabalhadores

Maio é o mês que marca a história de luta e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. No Brasil, celebram-se também os 73 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que unificou o conjunto de leis existentes no país e regulamentou as relações individuais e coletivas do trabalho.

A CLT foi a conquista mais importante dos trabalhadores, pois assegurou direitos como: jornada de trabalho máxima de oito horas diárias, descanso semanal remunerado, salário mínimo, férias, licença-maternidade, adicional noturno e indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa, dentre outros direitos importantes.

Apesar das conquistas, a CLT passa por um momento delicado, com uma série de propostas que tramitam no Congresso Nacional e ameaçam as



conquistas dos trabalhadores ao longo da história. Entre eles estão: o Projeto de Lei (PL) nº 4.193/2012, que permite que os acordos negociados entre empresas e empregados, tenham prevalência sobre a legislação trabalhista.

MCTI abre consulta pública sobre regulamentação do Marco Legal de CT&I

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação promove um processo de Consulta Pública em duas fases. Na primeira, a população deve opinar sobre os dispositivos da Lei que exigem expressamente algum tipo de regulamentação. Nessa etapa, o objetivo é colher subsídios para a elaboração de uma primeira minuta de Decreto.

Ao lado de cada dispositivo a ser regulamentado, foram formulamos algumas questões para orientar a participação dos interessados. Essa primeira etapa se dará ao longo de 30 dias, no portal Participa.br.

A segunda fase da consulta aberta ao público é a discussão da minuta do decreto, em formato mais tradicional, com contribuições a serem apresentadas em



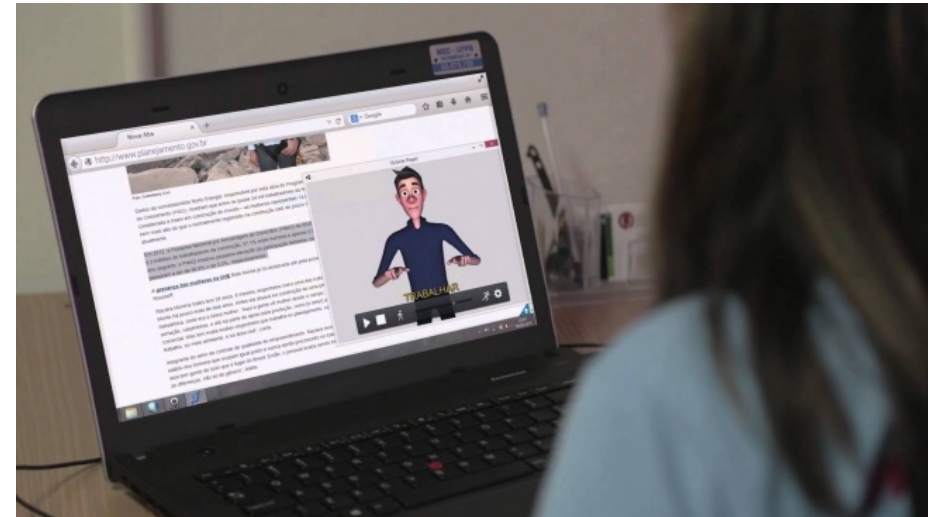
relação a cada um dos dispositivos. Após o período da Consulta, os trabalhos se concentrariam no MCTI para elaboração de uma proposta final de regulamentação.

Aplicativo para surdos transforma conteúdos da internet em Libras

Uma nova versão da Suíte Vlibras foi lançada na última quinta-feira, 5, em Brasília. Trata-se de um conjunto de ferramentas digitais que amplia a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva a conteúdos online. O conjunto de aplicativos está disponível para download gratuito no Portal do Software Público Brasileiro (SPB).

O coordenador do projeto Vlibras, Tiago Maritan, explica que o conjunto de aplicativos faz a tradução de conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para Libras, a Linguagem Brasileira de Sinais, através de um boneco (avatar) 3D. As pessoas com deficiência auditiva podem selecionar textos e áudios e, com um clique, traduzir estes conteúdos para Libras.

"Ao contrário do que muita gente pensa, a maioria



das pessoas surdas não são alfabetizadas em português. Além de ter, muitas vezes, dificuldade de acesso a educação, elas têm também a barreira do português, que não é a sua língua mãe", explica Maritan, que é professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).